

- . 1998. “O sucesso no Brasil da leitura do Manifesto Comunista feita por Marshall Berman”. In Reis Filho, Daniel Aarão (org.). *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Fundação. Perseu Abramo.
- . 2000. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record.
- . 2000b. “Intelectuais, artistas e estudantes: Paris, 1968”. In Reis Filho, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Sette Letras.
- . Abr./jun. 2001. “Intelectuais e romantismo revolucionário”. *São Paulo em Perspectiva* — Revista da Fundação Seade, São Paulo, v. 15/ n. 2.
- Rocha, Glauber. 1997. *Cartas ao mundo*. Organização Ivana Bentes. São Paulo, Companhia das Letras.
- Rouanet, Sérgio Paulo. 12.03.1988. “Nacionalismo, populismo e historismo”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, caderno D.
- Sader, Eder. 1988. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Schwarz, Roberto. 1978. “Cultura e política, 1964-1969”. In *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Silva, Armando Sérgio da. 1981. *Oficina: do teatro ao te-ato*. São Paulo: Perspectiva.
- Veloso, Caetano. 1997. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Williams, Raymond. 1979. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar.

Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão

Carlos Fico

Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Há muitas maneiras de se contar a história do regime militar, todas praticadas pela crescente historiografia sobre o período. A crônica política, os caminhos da resistência, a escalada da repressão, as transformações econômicas, todos são temas que vêm sendo abordados pela pesquisa histórica acadêmica, transformando aos poucos o padrão da literatura existente, outrora marcada pela memorialística e pela carência de acesso às fontes primárias — que agora vão sendo reveladas paulatinamente. Mas o interesse pelo período doloroso não é recente: a facilidade com que a desarticulada conspiração se tornou vitoriosa, no dia 1º de abril de 1964, e o pasmante crescimento da repressão — que prendeu arbitrariamente e torturou desde o primeiro momento, e não somente depois de 1968 — suscitaram análises contemporâneas aos próprios fatos analisados. As mais famosas foram as de dois jornalistas que se indignaram contra a tortura e a denunciaram no *Correio da Manhã*, jornal que, às vésperas do golpe, estimulara a renúncia de João Goulart através de editoriais de primeira página que fariam fama por seus títulos agressivos: “Basta!” e “Fora!”.¹ Os dois jornalistas produziram consequências marcantes para os primeiros momentos do regime. Carlos Heitor Cony (1964) reuniu suas crônicas em um livro cuja noite de autógrafos, em junho de 1964, numa feira de livros, se tornou uma expressiva manifestação política contrária ao governo, tão grande foram o público presente e a venda do livro. O de Marcio Moreira Alves (1964) reuniu suas reportagens sobre a tortura, verdadeira campanha que obrigou o primeiro general-presidente, Castelo Branco, a mandar seu chefe da Casa Militar — o futuro presidente Ernesto Geisel — em missão averiguadora ao Nordeste, região que

concentrava o maior número de denúncias. Lá houvera, por exemplo, o tenebroso episódio do suplício do velho comunista Gregório Bezerra, que fora amarrado pelo pescoço e arrastado pelas ruas de Recife, mas muitas pessoas comuns, desconhecidos combatentes que não eram “quadros” dirigentes, também foram presas, torturadas e mortas, embora sem alcançar notoriedade. Geisel voltou tergiversando sobre as denúncias, no que seria apenas o primeiro caso de não condenação de torturadores por parte dos oficiais-generais, conivência que muito se repetiria até o fim do regime. As denúncias de Carlos Heitor Cony e Marcio Moreira Alves antecipavam uma verdadeira tradição de trabalhos correlatos. Não apenas de outros jornalistas, que voltariam ao tema (ver Fon, 1985), mas também de vários memorialistas que comporiam uma pungente narrativa sobre aqueles que foram vítimas de todo o tipo de suplício, trazendo a público um verdadeiro glossário de vilezas, com termos como “cadeira do dragão”, “maquineta”, “geladeira” e o mais.² Note-se que as memórias não estão cingidas aos relatos das vítimas, pois vários torturadores, recentemente, também ousaram pronunciar-se (Ustra, 1987; Lobo, 1989; Araújo, 1998).

Tal memorialística, para o historiador de hoje, constitui-se, a um só tempo, em fonte e objeto da história do regime militar, pois se ela descreve o período e suas mazelas — sendo fonte —, igualmente fornece suas interpretações necessariamente parciais — passíveis portanto de análise histórica. O sucesso editorial da memória da esquerda (compreensível inclusive em função da parcimônia com que as Forças Armadas falavam de si) levou alguns militares a mencionarem, contrariados, que a história, pela primeira vez, estava sendo escrita pelos vencidos (D’Araujo, Soares e Castro, 1994) — exagero dos que não percebem a dimensão heurística das memórias e o caráter basicamente conflitivo que se estabelece entre os que tentam constituir essa ou aquela versão como verdadeira ou falsa. Foi certamente a percepção de que a constituição da memória é um espaço de luta como outro qualquer a razão da publicação de várias memórias militares, algumas delas parcamente distribuídas em termos editoriais (ver Camargo, 1995; Passarinho, 1996), o que, dentre outras razões, as impediram de se tornarem sucessos editoriais, como foram as da “resistência”, embora alguns poucos casos de memórias de militares — que abandonaram o governo e que, como diz o jargão da crô-

nica política, “saíram atirando” — também tenham feito sucesso (Abreu, 1979). A pouca visibilidade da memória militar não se deu por falta de interesse, pois, quando veio a público uma série de entrevistas de militares, superiormente realizadas pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, o material logo se converteu em fonte imprescindível ao conhecimento da história da ditadura (D’Araujo, Soares e Castro, 1994a, 1994b e 1995). Do mesmo modo, a entrevista, publicada postumamente, do ex-presidente Ernesto Geisel, transformou-se em bestseller (D’Araujo e Castro, 1997). De modo que a história da ditadura militar também pode ser contada como sendo a história da luta pela constituição da memória correta, na qual as versões algo romantizadas dos remanescentes da assim chamada “luta armada” (por vezes recebidas com excessiva benevolência pela imprensa e pela academia) se confrontam com o verdadeiro “acordo implícito” sobre certos temas (tortura, principalmente) que se verifica nos depoimentos militares. Assim, quase todos os depoimentos deixados pelos militares negam a responsabilidade dos oficiais-generais pelos crimes de tortura e assassinato político, como se a alta hierarquia houvesse sido surpreendida pelos escalões inferiores, que se “excediam” nos interrogatórios. Essa versão cínica, porém, vai aos poucos dando lugar a interpretações mais realistas (embora cruéis), como a do ex-presidente Ernesto Geisel, que admitiu a tortura como um “mal menor” (D’Araujo e Castro, 1997).

A tortura, como se vê, transformar-se-ia em tema constante de todo aquele que tratasse da ditadura. Mas o “brilho que emana do Estado”, que por séculos vem inspirando a história política tradicional, também fornece os tópicos recorrentes da crônica política jornalística, que busca explicar a verdade do processo histórico, no momento mesmo em que ele se realiza, através da consideração das opiniões e atitudes cotidianas dos “donos do poder”. A crônica política desdobrada em cada “Coluna do Castello”, publicadas ininterruptamente entre 1962 e 1993 no *Jornal do Brasil* e reunidas em volumes indispensáveis aos estudiosos (Branco, 1977, 1978, 1979), antecipava uma vertente historiográfica que encontraria no caráter circunspecto dos militares e nas tramas secretas do regime um forte estímulo de investigação. Se a “grande política” sempre interessou aos jornalistas e aos historiadores

por causa de seus ingredientes picantes (velhas raposas, ciladas ardilosas, intrigas, corrupção etc.), no caso do regime militar um tempero especial a valorizaria: o caráter obscuro ou secreto de várias atividades, como a espionagem, a censura e a polícia política. A crônica política daqueles tempos encontra em jornalistas e ex-colaboradores os seus melhores testemunhos, não surpreendendo que jornalistas que foram colaboradores do regime tenham fornecido depoimentos esclarecedores (Chagas, 1979).³ A tendência seria frutuosa, já contando com alguns trabalhos que esmiúçam aquilo que Carlos Castello Branco noticiava cotidianamente, e a cada novo livro de história política tradicional mais ficamos sabendo sobre os detalhes desse ou daquele episódio retumbante, erigidos em “marcos históricos”, o que colabora, igualmente, para a constituição de certa mitologia política. Alguns desses fatos podem servir-nos de exemplo, capazes de nos alertar para as virtualidades e limites de uma tal história, pois obviamente o processo histórico não se esgota na “grande política”. São fatos que, pela repetição, parecem assumir o caráter de verdades consabidas, como o suposto “legalismo”, “moderação” ou “caráter democrático” de Castello Branco,⁴ ou episódios momentosos, que acabam servindo para definir uma cronologia do período (antes e depois da demissão de Ednardo Dávila Melo — o comandante do II Exército sob cujo comando morreram Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho — ou, mais notável, a “ardilosa” operação montada por Geisel para o afastamento do ministro do Exército, Sílvio Frota). Essas narrativas destacam aquilo que faz o gosto da história tradicional, como a suposta predestinação dos sujeitos-heróis; a teatralidade das magnas decisões políticas, vistas como espetáculos e, no caso do regime militar, com direito aos efeitos especiais das movimentações de tropas e dos rumores na Vila Militar; as maquinações de lideranças ardilosas, que conseguem sobrepujar inimigos com ações de inteligência, enfim, narrativas que veem um sentido na história e, em graus variados, romantizam o que eventualmente foi acaso ou contingente. Assim, Geisel tanto foi responsável pela missão contra a tortura no governo Castelo, em 1964, quanto “acabaria” com ela em seu governo, com o “gesto” do afastamento de Ednardo em 1976. Do mesmo modo, demitiria Frota no feriado de 12 de outubro de 1977, sendo “arguto” por fazê-lo num dia sem expediente. Elementos que compõem o seu suposto “perfil de estadista”, sublinhado por sua decantada

“autoridade”, decorrente da personalidade “austera”, e reforçado até mesmo por seus traços físicos. Narrativas igualmente prefiguradas podem ser percebidas nas afirmações sobre a falta de inteligência dos generais da linha-dura ou sobre a “inteligência” e “sagacidade” de Golbery do Couto e Silva. Não são narrativas falsas, diga-se logo, mas privam-se das vantagens inerentes à história que não concede demais aos “personagens”, embora ganhem em interesse — pois costumam ser saborosas as biografias dessas lideranças.

Não se diga que a história dos personagens é menor ou desimportante; muito ao contrário, pois revelações esclarecedoras podem ser encontradas nos trabalhos de altos funcionários frequentadores do poder (Couto, 1998), de antigas lideranças parlamentares (Krieger, 1976; Vianna Filho, 1975) ou de jornalistas que conseguiram recolher depoimentos e documentos quase inacessíveis,⁵ além da produção histórica clássica sobre o tema (Skidmore, 1991). A crônica política está para a história política assim como a vida cotidiana está para a história social. Umas não vivem sem as outras, e as primeiras alimentam as segundas. Como já disse, podemos contar a história da ditadura militar (e qualquer outra) de diversas maneiras. Os historiadores não sectários em termos de teoria sabemos o quanto é difícil transitar entre a “história em migalhas” e a história “macroteórica”. Por um lado, existem miudezas que são fundamentais para o entendimento da história, tanto quanto algumas explicações estruturais tendem a claudicar quando confrontadas com os fatos discretos. Por outro, o pequeno espetáculo da “grande política” pode, muitas vezes, ser sintetizado em uma simples frase — o que poupa o leitor de muitos exemplos reiterativos e de descrições que só animam o colecionador de *fait divers*. Reside no equilíbrio entre teorização e descrição factual a potencialidade explicativa da história.

O fato é que, embora sempre haja esclarecimentos por se fazer, dificilmente se encontrarão maiores revelações no campo da memorialística de esquerda ou da crônica política. Como disse Jacob Gorender, ele próprio autor de uma obra de síntese indispensável sobre a luta armada (Gorender, 1987), “do lado da esquerda, certamente não estão esgotadas as fontes capazes de fornecer revelações significativas, mas o principal já foi extraído dessas fontes. Ficam por esclarecer detalhes, sobretudo concernentes a atuações individuais”.⁶ Portanto, o desafio concentra-se na descoberta de novas fontes, notadamente aquelas oriundas do governo e de caráter sigiloso.

A missão pode parecer impossível, pois o que mais imediatamente ocorre ao senso comum é que os responsáveis pelos arquivos secretos dos governos militares tenham eliminado tais fontes. Felizmente, não é assim. Grandes massas documentais, compostas de papéis secretos, já vieram e continuam a vir a público. Trata-se de um grande desafio para a atual e a futura geração de historiadores, pois é necessário minucioso trabalho de investigação. Os exemplos mais conhecidos de acervos sigilosos que têm sido abertos são os dos antigos departamentos de ordem política e social (Dops) das secretarias estaduais de segurança. Alguns já se encontram em adiantada fase de organização e com o acesso livre (Kushnir, 2000b). Documentos relativos à censura também vão sendo liberados e pesquisados.⁷ Investigando o acervo do general Antônio Carlos Murici, Kenneth Serbin pôde reconstituir a atuação da até então desconhecida “Comissão Bipartite”, um fórum de discussões que reunia militares e bispos e que funcionou sobretudo durante o governo Médici (Serbin, 2001). Os documentos sigilosos da extinta Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça permitiram a reconstituição do *modus faciendi* da comunidade de segurança e de informações (Fico, 2001a). Outros documentos, oriundos de setores não militares, também têm lançado nova luz para as questões da propaganda ideológica anterior ao golpe (Assis, 2001) ou do treinamento guerrilheiro em Cuba (Rollemberg, 2001).

É essa mudança de perfil da pesquisa e da produção histórica sobre a ditadura militar que nos permite fazer abordagens com maior rigor factual e que, ao mesmo tempo, proponham leituras, interpretações ou hipóteses explicativas. Neste breve ensaio tentarei demonstrar que a história do período também pode ser vista a partir da trajetória dos militares conhecidos como integrantes da “linha-dura”, isto é, capitães, maiores, tenentes-coronéis e coronéis que, com um discurso anticomunista e anticorrupção — emulados por oficiais-generais, mas também os influenciando —, ansiavam por maiores prazos para completar os expurgos iniciados em 1964, a chamada “Operação Limpeza”. Liderada primeiramente por Costa e Silva, a linha dura foi, de início, um “grupo de pressão”, que reclamava meios e modos para a tarefa da punição. Com a obtenção de tais instrumentos (sobretudo a partir do AI-2 e do AI-5, notadamente deste último), transformou-se em “comunidade” ou “sistema” de segurança. A história da difícil desmontagem

de tal aparato corresponde à da chamada “distensão” ou “abertura” política. A “comunidade” amparava-se naquilo que podemos chamar de “pilares básicos” de qualquer ditadura: a espionagem, a polícia política e a censura. Subsidiariamente, contaram também com a propaganda política, realizada por militares moderados que, não obstante, forneceram suporte ideológico para suas ações.

ESPIONAGEM

Golbery do Couto e Silva, conhecido como general, patente a que chegou apenas quando passou para a reserva, preocupava-se com o recolhimento de informações desde a fase de conspirações anterior ao golpe. No Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) havia conseguido reunir alguns milhares de fichas e dossiês (Alves, 1984, p. 25; Dreifuss, 1981, p. 281 e segs.), material que foi levado para o SNI (Serviço Nacional de Informações), órgão que criou três meses depois do golpe, assumindo sua chefia. Mas ele se preocupava com o assunto desde os anos 1950 (Silva, 1981). No final do governo de Juscelino Kubitschek fora criado um Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), ligado à secretaria do Conselho de Segurança Nacional, mas o governo militar sentia-se “desamparado de um sistema de coleta de informações seguras” (Branco, 1977). Para a montagem do SNI, Golbery contou com consultoria norte-americana (Huggins, 1998, p. 147). Tornar-se-ia conhecida, no futuro, a frase de Golbery sobre o Serviço: “criei um monstro”.

Na verdade, o monstro somente seria criado depois da vitória da linha dura, que se iniciou com a posse de Costa e Silva na presidência. Costa e Silva foi ministro da Guerra de Castelo Branco e soube carrear para si o apoio da oficialidade radical que queria maiores prazos para as punições. Em 1965, quando da vitória de dois oposicionistas nas eleições para governadores, teve papel preponderante nos episódios que culminaram na edição do Ato Institucional nº 2, que ampliava o prazo para cassações e suspensões de direitos políticos. Castelo não o queria como sucessor, mas teve de se curvar ao desejo daquele que foi um verdadeiro condestável do primeiro governo militar.

Até a posse de Costa e Silva, o SNI buscava estruturar-se e atuava como órgão fornecedor de informações ao seu principal cliente, o presidente Castelo Branco. Na presidência, Costa e Silva nomeou, para o cargo de ministro-chefe da Casa Militar, o general Jayme Portella de Mello, que, nesta função, secretariava o Conselho de Segurança Nacional. Portella seria conhecido como um dos “intolerantes assessores” de Costa e Silva⁸ e acusado de ser o efetivo dirigente do país (Branco, 1979, p. 299). Se Golbery foi o pai do “monstro”, Costa e Silva e Portella foram os responsáveis pelo parto: a partir de janeiro de 1968, o Conselho de Segurança Nacional teve suas competências aumentadas⁹ e pôde ampliar as atribuições do SNI e das antigas “seções de segurança nacional”, que se transformaram nas “divisões de segurança e informações”. Essas divisões, conhecidas pela sigla “DSI”, funcionavam em todos os ministérios civis e, muitas vezes, criavam problemas para o titular da pasta, que nem sempre tinha ascendência sobre elas. Isso se devia ao peculiar sistema de duplo comando que foi estabelecido em 1970: as DSIs eram “órgãos subordinados diretamente aos respectivos ministros de Estado”, porém “sem prejuízo, no campo das informações, de sua condição de órgão sob a superintendência e coordenação do Serviço Nacional de Informações”.¹⁰

Tratava-se da criação de uma vasta rede de espionagem, implantada em todo o país, pois, além dos ministérios civis, as pastas militares obviamente também contavam com seus órgãos de informações, bem como todas as autarquias, fundações e demais órgãos públicos. Nestas instâncias o órgão assumia o nome de Assessoria Especial de Segurança e Informações (Aesi) e, seguramente, muitas foram criadas em função do prestígio que seus chefes imediatos e superiores podiam auferir: se a repartição era importante, deveria contar com uma Aesi. Tais assessorias, além disso, eram convenientes para lotar aqueles militares de linha-dura que estavam em busca de sinecuras e comissões.

Jayme Portella dera os passos para o estabelecimento de um planejamento nacional da espionagem. Primeiramente providenciou a aprovação do “Conceito Estratégico Nacional”, espécie de “Alcorão”, no qual todos os aspectos da política de governo estão estabelecidos. Por isso, qualquer plano ou projeto a ser elaborado deve obedecer ao que ele estabelece” (1979, p.

581). Com base nesse “Conceito”, o SNI aprovou, em junho de 1970, o seu “Plano Nacional de Informações”,¹¹ durante a gestão do general Carlos Alberto da Fontoura (1969-1974), que definia todas as missões a serem cumpridas pelos órgãos que agora integravam o Sistema Nacional de Informações (Sisni).¹² O Plano seria constantemente atualizado e, com base nele, os diversos órgãos do Sistema elaboravam seus planos setoriais. Como se vê, embora a definitiva implantação do Sisni tenha se dado posteriormente à edição do AI-5 (13 de dezembro de 1968), as providências necessárias à ampliação das funções da espionagem vinham sendo tomadas havia bastante tempo.

O Sisni trabalhava com informações e contrainformações, no Brasil e no exterior (especialmente através dos adidos militares), e subdividia-se em diversos “sistemas setoriais”. As DSIs, por exemplo, integravam os “Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis”; os órgãos que lidavam com informações propriamente militares compunham o “Subsistema de Informações Estratégicas Militares”.¹³ Evidentemente, o principal órgão do Sisni era o SNI. O Serviço tinha *status* de ministério e coordenava todas as ações no território nacional. Com o tempo, chegou a enviar missões de estudo a países da América Latina.¹⁴ Fundamentalmente um produtor de informações, é provável, não obstante, que o SNI tenha participado de “operações de segurança”, isto é, de prisões e interrogatórios que tantas vezes lançavam mão de tortura.¹⁵ Mas havia uma distinção entre os órgãos de informações, integrantes do Sisni, e os de segurança (analisados no próximo tópico). Assim, ao contrário do que já se supôs, o SNI não foi o “órgão de segurança por excelência” (Oliveira, 1976, p. 100, grifo do autor) — definição que cabe melhor ao sistema Codi-DOI —, nem subordinou “todos os outros órgãos repressivos” (Magalhães, 1997, p. 205), já que os órgãos de informações dos ministérios militares e, sobretudo, os Codi-DOI, não eram controlados pelo Serviço. Essa é uma distinção importante, necessária a uma compreensão mais refinada da história do período, pois muitas vezes se tem englobado na expressão “porões da ditadura” instâncias muito diversas. O que se fazia numa DSI diferia muitíssimo daquilo que se passava num DOI. Um agente de informações, civil ou militar, que trabalhasse numa DSI, nada tinha a ver com a atividade de um capitão que atuasse numa “turma de interrogatório” do DOI. O primei-

ro fazia escutas telefônicas, recortava jornais, redigia avaliações; o segundo submetia prisioneiros a choques elétricos ou ao pau de arara. Naturalmente não se quer propor que tais atividades fossem completamente desconexas, até porque o Sisni foi criado precisamente para subsidiar, com informações, as atividades da repressão (e não apenas para fornecer relatórios à presidência).

O SNI chegou a ter 2.500 funcionários, mas também contava com colaboradores espontâneos ou remunerados.¹⁶ Em 1971 foi criada a Escola Nacional de Informações (EsNI), a partir da experiência de países como Estados Unidos, Alemanha, Israel, França e Inglaterra. O estabelecimento pretendia formar espiões civis, para que o SNI se transformasse, aos poucos, numa agência como a norte-americana CIA,¹⁷ mas isso nunca chegou a bom termo — aspecto, dentre outros, que demonstra o caráter preponderantemente militar da ditadura ultimamente chamada de “civil-militar”. Cerca de 120 pessoas passavam, anualmente, pela Escola, noventa dos quais, aproximadamente, eram funcionários públicos civis selecionados em seus ministérios.

As principais atividades regularmente desenvolvidas pelo SNI e suas agências regionais¹⁸ eram a elaboração de relatórios para a presidência da República e principais autoridades de primeiro escalão. Amparavam-se nas informações colhidas pelos agentes do próprio Serviço e naquelas que eram “difundidas” pelas DSIs ministeriais. Os ministérios da Justiça, das Relações Exteriores e do Interior possuíam, além da DSI, outros órgãos de informações: o Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal, o Centro de Informações do Exterior e os órgãos de informações dos territórios federais, respectivamente. Cada DSI contava com aproximadamente trinta funcionários, mas esse número podia variar bastante.

Os ministérios militares possuíam, havia mais tempo, órgãos específicos de informações relativamente operantes (ao contrário das antigas seções de segurança nacional dos ministérios civis) que atuavam com bastante independência em relação ao SNI. Eram o CIE (Centro de Informações do Exército), o Cisa (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica) e o Cenimar (Centro de Informações da Marinha). Entre 1967 e 1971, foram reformulados, tendo em vista o contexto de combate à “subversão”. Esses três órgãos podem ser caracterizados como “mistos”, pois tanto funciona-

vam como produtores de informações como se envolviam em prisões e interrogatórios. A simples menção às suas siglas causava temor, tantas foram as denúncias de tortura envolvendo seus integrantes.

O SNI, as DSIs e todos os demais órgãos de informações compunham a “comunidade de informações”. Seu material básico, como não poderia deixar de ser, era a “informação”, isto é, dados sobre quaisquer questões ou pessoas de interesse do regime. A produção de tais informações supunha uma rotina bastante regulamentada, que impunha classificações quanto à fidedignidade e veracidade das fontes e normas rígidas de sigilo. Quase todo documento produzido pela comunidade recebia uma classificação de sigilo: “reservado”, “confidencial” ou “secreto”. Uma das atividades mais corriqueiras desses órgãos era a produção do “levantamento de dados biográficos”, uma ficha que indicava o perfil ideológico e as atividades políticas das pessoas, indispensável à nomeação de alguém para um cargo público. Uma “ficha conceito” pretendia avaliar a inteligência, o caráter e o conceito profissional dos indivíduos. Não é difícil imaginar a que vilanias não serviram esses documentos, pois são conhecidos os casos de pessoas impedidas de tomar posse de cargos públicos em função de perseguições políticas impelidas através da comunidade de informações. Um simples chefe de repartição, por exemplo, que não desejasse a ascensão funcional de um seu desafeto, poderia acusá-lo de “agitador” ou “contrário à Revolução”. O destino dessas informações era, no caso das DSIs, o ministro da respectiva pasta, mas elas também eram difundidas por afinidade temática, sendo certo, por exemplo, que uma informação sobre estudantes, produzida fora do MEC, fosse encaminhada a este ministério, ou uma outra, que dissesse respeito a refugiados estrangeiros, gerada num Dops, fosse enviada à DSI do Ministério das Relações Exteriores — e assim por diante.

Longe de se ater ao cumprimento da função de prover o presidente da República de informações necessárias à tomada de decisões, o Sisni era, basicamente, um sistema leviano de inculpação de pessoas, orientado pela suspeição universalizada, já que partia da pressuposição de que todos poderiam ser culpados de subversão ou de corrupção. Os agentes de informação consideravam como fato estabelecido a existência de uma conspiração, qual seja, a escalada do “movimento comunista internacional”, que agiria

dissimuladamente, envolvendo “incautos” e, por causa dessa lógica, nunca era surpreendente para eles encontrarem indícios suspeitos em quaisquer investigações. Quando tais indícios não existiam, eram fantasiados, tendo sido muito criticadas, inclusive por militares, as inúmeras informações que começavam com um verbo arditosamente empregado: “Consta que...”. Pode-se falar, sem exagero, de uma paranoia que se manifestava, constantemente, como delírio persecutório, gerador de uma suspeição universal. Nos dossiês da comunidade de informações, insuspeitas personalidades liberais, ou mesmo conservadoras, foram acusadas de comunismo (Fico, 2001a).

Os agentes de informação interpretavam a seu modo a chamada “doutrina” de segurança nacional e traduziam em um jargão o pensamento político radical de direita. Assim, as lucubrações geopolíticas da Escola Superior de Guerra sobre a guerra fria ou os “objetivos nacionais permanentes” do Brasil eram representados banalmente no cotidiano da comunidade de informações através da descrição de episódios singulares. Uma pichação poderia conter ameaças à “segurança nacional”. A visita de um professor universitário a um militante de esquerda poderia significar um passo na “escalada do movimento comunista internacional”. Uma greve seria um “óbice” ao futuro do país. Essas interpretações peculiares dos escalões inferiores da comunidade de informações faziam surgir aquilo que podemos chamar de “técnicas de suspeição”, isto é, as maneiras encontradas pelos agentes para “provar” que alguém era culpado de “subversão”. A mais usada era a reiteração: anotava-se na ficha de alguém um primeiro “indício” (a simples frequência a uma reunião, por exemplo) e, nos meses e anos seguintes, acrescentavam-se outras “informações”, muitas vezes simples cogitações, que iam, assim, compondo um perfil nebuloso de suspeição em torno do acusado — que nem ao menos tinha notícia da acusação. Em resumo, elegia-se *a priori* o suspeito e providenciava-se a culpa depois.

Outra forma corriqueira de inculpar alguém era desqualificá-lo com a acusação de algum desvio moral (do ponto de vista da comunidade de informações). Padres e bispos eram acusados de romper o celibato eclesiástico; políticos de oposição, de serem homossexuais; professoras universitárias de esquerda teriam amantes. Nessa linha, uma das formas de o “movimento comunista internacional” propagar-se seria pelo incentivo do uso de drogas e pela valorização da ideia de “amor livre” (Fico, 2001a, p. 187 e segs.).

O grotesco da comunidade de informações gerou muitas ironias na crítica de oposição, pois, muitas vezes, os agentes produziam avaliações truncadas ou equívocas, classificavam como “secretas” informações consabidas, faziam leituras ingênuas ou simplórias dos grandes clássicos da esquerda (ao se debruçarem, por exemplo, sobre algum “material apreendido”, que, invariavelmente, incluía obras de Marx, Lênin, Trotski etc.), não percebiam o que estava nas entrelinhas de uma peça de teatro ou de uma letra de música (através das quais artistas buscavam driblar a censura), passando a receber, mais recentemente, por causa dessas investigações atrapalhadas, o epíteto de “arapongas”. Tudo isso é verdade, mas o folclore sobre as trapalhadas não deve ocultar a dimensão dramática do problema, pois a espionagem da ditadura gerou consequências gravíssimas, que repercutem até hoje no país, mesmo porque o Sisni demorou a ser extinto (o SNI desapareceu formalmente durante o governo Sarney, substituído pela Agência Brasileira de Inteligência, órgão ainda não completamente estruturado). Durante a ditadura, além dos casos óbvios de perseguição, prisão, tortura e morte de militantes e quadros organizados, praticados pela polícia política, milhares de pessoas foram espionadas, julgadas e prejudicadas pela comunidade de informações. Muitas nem sequer souberam disso. Igualmente importante era a repercussão interna, sobretudo entre os militares moderados, das informações do Sisni: ao propagarem suas avaliações sobre a “ameaça subversiva” ou a “escalada do movimento comunista internacional”, os agentes da comunidade de informações difundiam como versão autorizada as ideias da linha-dura, constituindo-se em uma espécie de corpo de especialistas¹⁹ capaz de enunciar a “verdade” ou a “versão autorizada”, colaborando, assim, para a longa duração da ditadura e de seu aparato repressivo.

Polícia política

Um enunciado histórico sobre o regime militar bastante aceito destaca o endurecimento da repressão após o AI-5 (dezembro de 1968). Ele é verdadeiro, como se verá neste tópico, mas de algum modo encobre o fato de que, desde o início, o regime foi extremamente rigoroso com seus “inimigos”, praticando muitas prisões arbitrárias e tortura no Nordeste, por exemplo,

logo após o golpe. Esse enunciado costuma estar acompanhado da crença de que foi a opção pela “luta armada”, por parte da esquerda, que levou ao AI-5 ou, quando se trata da memória da própria esquerda, teria sido o Ato Institucional de dezembro o motivo da opção pela “radicalização”.

A história, naturalmente, não está imune a essas disputas entre memórias divergentes, mas ela deve procurar não estabelecer explicações simplistas, baseadas em relações lineares de causa e efeito. De fato, vários setores da esquerda, dentro e fora do Brasil, supunham que a luta pelo comunismo deveria ter como estratégia a deflagração de uma “guerra popular”, estabelecida através de focos de guerrilha rural e incentivada por ações de “guerrilha urbana”. Este era um projeto que os animava havia tempo. Do mesmo modo, a criação, pela ditadura, de um “setor especificamente repressivo”²⁰ não foi apenas uma consequência da “luta armada”, mas um projeto que se integrava ao estabelecimento de outros suportes básicos do regime (espionagem, censura, propaganda) e com os quais se pretendia, em síntese, eliminar ou ocultar tudo que dissentisse da “utopia” autoritária expressa na diretriz geral da “segurança nacional”.

Algumas ações de “guerrilha urbana” tornaram-se conhecidas ainda em 1968 (especialmente os assaltos a bancos) (Gorender, 1987, p. 99), mas os fatos que realmente confirmariam a estratégia da “luta armada” só aconteceram ou tornaram-se conhecidos dos militares posteriormente (como os sequestros de diplomatas e a “guerrilha” do Araguaia). Além disso, o SNI já solicitava a Costa e Silva um instrumento nos moldes do que viria a ser o AI-5 em julho de 1968. Igualmente, o sistema conhecido como “DOI-Codi” foi estabelecido antes do primeiro sequestro de diplomata (o do embaixador norte-americano), diferentemente do que afirma a memória militar.²¹

Porém, é certo que entre a “luta armada” e a atividade repressiva da ditadura estabeleceu-se uma espécie de inter-relacionamento que se expressava num mecanismo de confirmação recíproca: é justamente o reflexo dessa interação o que se vê, ainda hoje, no conflito de memórias mencionado. Para os militares da linha dura, a opção de setores da esquerda pela “luta armada” confirmou a necessidade de implantação do “Sistema de Segurança Interna” (Sissegim); para estes setores da esquerda, o AI-5 confirmou a tese da impossibilidade de luta no terreno legal. Assim, o AI-5 pode ser visto como

o resultado do processo de maturação da linha-dura: ela usou os episódios de radicalização de 1968 apenas como justificativa para sua constituição em “comunidade”, isto é, para sua “institucionalização” como “sistema” oficial do governo. Aliás, não se deve perder de vista que alguns desses episódios de radicalização foram provocados pela linha-dura — como a violenta invasão da Universidade de Brasília, em agosto de 1968 —, precisamente com o propósito de justificar a necessidade de endurecimento do regime. Outros atos de terrorismo, planejados pela linha-dura para serem atribuídos à esquerda, não chegaram a se consumir, embora seus preparativos sejam conhecidos.

Embora Costa e Silva, na manhã de 13 de dezembro de 1968, tenha recebido a sugestão de “apenas” fechar a Câmara dos Deputados (como já o fizera Castelo Branco) (Mello, 1979, p. 649), a opção pelo Ato estava tomada, dando vazão à ânsia da linha-dura de completar a “Operação Limpeza”, interrompida pelo primeiro general-presidente, apesar de defendida pelo então ministro da Guerra (que, com esta defesa, obtivera o apoio da linha-dura). Como é sabido, o pretexto para a edição do AI-5 foram alguns discursos de Marcio Moreira Alves, então deputado pelo MDB da Guanabara, que chamava o Exército, às vésperas do Dia da Independência de 1968, de “valhacouto de torturadores”, falava em “carrascos” e conclamava as namoradas de cadetes e jovens oficiais a “boicotá-los”. Mas os objetivos do Ato eram muito maiores do que uma simples punição à Câmara, que não concedeu permissão para que o deputado fosse processado: o Ato de dezembro restabelecia as cassações de mandatos eletivos e as suspensões de direitos políticos; criava a possibilidade de confisco de bens de todos que houvessem “enriquecido ilícitamente”; suspendia a garantia de *habeas corpus* e não definia um prazo final para sua vigência — inovando em relação ao AI-1 e ao AI-2.

Uma das principais motivações para o AI-5 foi a insatisfação da linha-dura com o desenvolvimento dos primeiros Inquéritos Policiais Militares (IPMs). A origem do grupo está precisamente aí: oficiais superiores conduziam esses inquéritos, conforme estabelecia um ato do “Comando Supremo da Revolução” (instância liderada por Costa e Silva após o golpe e antes da posse de Castelo).²² Eram os “coronéis dos IPMs”. Porém, antes do AI-5, as tentativas de punição esbarravam na concessão de *habeas corpus* pela Justiça. Com isso, os processos tardavam e as punições não eram obtidas. Propa-

gou-se entre esses militares a ideia de que a “Revolução” não estava alcançando seus objetivos. Mesmo depois do AI-2, que reabriu a temporada de suspensões de direitos políticos e cassações de mandatos, o grupo continuava pressionando, até porque o AI-2 teve sua vigência limitada a 15 de março de 1967 e não impedia a concessão de *habeas corpus*. Portanto, um dos principais reclamos da linha-dura era a adoção de foro especial para os crimes políticos (julgados pelos tribunais militares desde o AI-2, definição incorporada à Lei de Segurança Nacional de 1967 e seguintes) e a suspensão do direito de *habeas corpus*. Com isso, prisões arbitrárias poderiam ser feitas e os julgamentos dos acusados se dariam em cortes ajustadas à doutrina de segurança nacional.

Dois meses depois do AI-5 uma “Comissão Geral de IPM” tomou para si a responsabilidade por todos os inquéritos em curso. Em maio de 1969 foi editado um novo *Código de processo penal militar*, com punições mais rigorosas. Em julho, as polícias militares foram subordinadas ao Estado-Maior do Exército, através de uma “Inspeção Geral das Polícias Militares”. Todas essas medidas, implementadas em tão pouco tempo, demonstram que o endurecimento do regime já vinha sendo planejado havia tempo. Porém, essa era a parte mais visível do novo sistema, regulamentada através de leis ostensivas.²³ A estrutura propriamente repressiva — aquela que seria responsável pelas prisões, tortura e assassinatos políticos que marcariam a ditadura militar brasileira do pós-68 — foi criada através de diretrizes secretas.

Desde julho de 1969 funcionava, em São Paulo, a chamada “Operação Bandeirantes” (Oban). Implementada pelo comando do II Exército, existem, não obstante, indicações expressivas de que a Oban tenha sido criada com a ajuda dos Estados Unidos (Huggins, 1998, p. 189). A ideia era promover uma ação conjugada e permanente de combate às atividades da “guerrilha urbana”. Juntavam-se, na Operação Bandeirantes, o Exército, a Marinha, a Aeronáutica, as polícias militar e civil, amparados pelo governo do estado e contando com auxílio financeiro de empresários. Surgia a partir da avaliação de que a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo não vinha sendo eficaz no combate à “subversão”, que se caracterizaria por ser ágil e surpreendente. É a tese do “despreparo”, que seria repetida *ad nauseam* como justificativa para a implementação do sistema repressivo, sendo sempre lembrado

o “fato” de que as atividades “subversivo-terroristas” não deviam ser combatidas como crimes comuns. Daí “a necessidade de coordenação entre os diversos órgãos, integrando-os e fazendo convergir os esforços de todos para o fim comum”.²⁴

Foi a estrutura da Oban que inspirou a criação do sistema Codi-DOI (Centro de Operações de Defesa Interna-Destacamento de Operações de Informações). Como já foi visto, cabia ao secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional a “coordenação das medidas para a manutenção da ordem e da segurança interna no país” (Abreu, 1979, p. 63).²⁵ Assim, foi este órgão que discutiu e encaminhou ao presidente da República algumas diretrizes que estabeleciam o “Sistema de Segurança Interna”, ou seja, a determinação para que o padrão da Oban — “sistemática que, com sucesso, vem sendo adotada nesse campo”²⁶ — fosse implementado em todo o país,²⁷ como esclarecia um ofício do Conselho de Segurança Nacional encaminhado a todos os governadores.

A implantação do Sissegim foi meticulosamente planejada, inclusive através da realização de seminários para o estabelecimento de diretrizes uniformes. Nos comandos militares dos exércitos espalhados pelo país deveriam ser criados um Conselho de Defesa Interna (Condi), um Centro de Operações de Defesa Interna (Codi) e um Destacamento de Operações de Informações (DOI), todos sob a responsabilidade do comandante do Exército respectivo, nesse caso denominado comandante de “Zona de Defesa Interna” (ZDI). O país ficou dividido em seis ZDIs. Podiam ser criadas, ainda, Áreas de Defesa Interna (ADIs) ou Subáreas de Defesa Interna (Sadis), em regiões que merecessem cuidados especiais.²⁸ Os Condis seriam órgãos de assessoramento do comandante da ZDI, e podiam ser integrados pelo governador, por comandantes militares e autoridades municipais. Na prática funcionaram pouco. Os Codis eram órgãos de planejamento, dirigidos pelo chefe do Estado-Maior do Exército respectivo. Controlavam a execução das medidas de repressão e buscavam articular todas as instâncias envolvidas. Os DOIs faziam o trabalho sujo: prisão, tortura e assassinato. Geralmente comandados por um tenente-coronel, essas unidades eram bastante flexíveis e adaptáveis. Seu coração eram as seções de busca e apreensão e as de interrogatório, que faziam as prisões e a tortura. O trabalho era contínuo, com dois

expedientes. Os agentes de investigação não deveriam ser identificados pelos prisioneiros, cabendo as prisões somente aos responsáveis pelas buscas e apreensões. O DOI do II Exército, em setembro de 1970, reunia 112 pessoas, mas chegou a ter 250. Quase oitenta provinham das Forças Armadas. Muitos integrantes recebiam gratificações especiais. O uso de codinome era obrigatório, sendo proibido aos agentes militares o corte de cabelo típico dos soldados. Havia um constante rodízio de pessoal, inclusive em função do risco que as respectivas famílias corriam. Costumava ser problemático o relacionamento entre os oficiais das Forças Armadas e os integrantes das polícias civis e militares. Os primeiros acusavam os segundos de corruptos. Os policiais achavam os militares despreparados.

Com o auxílio da “comunidade de informações”, o sistema Codi-DOI difundia a todas as instâncias do poder uma certa narrativa pretensamente justificadora de sua existência. Este é um aspecto importante para se entender a forma de convivência entre “moderados” e “duros”. Os “moderados” não desconheciam as atividades brutais da repressão, mas procuravam manter-se afastados delas. Para que a estrutura repressiva se sustentasse, era preciso que algum tipo de discurso justificador fosse estabelecido. Tal necessidade era suprida pela difusão das informações da comunidade de informações, que de algum modo interpretava ou traduzia para as diversas instâncias governamentais a versão corrente da comunidade de segurança. Assim, segundo tais análises, somente com o Sissegim teria sido possível combater a “ameaça comunista”. Igualmente, “vilões” (Carlos Marighella) e “traidores” (Carlos Lamarca) eram apontados. Quando a “guerrilha urbana” e a “luta armada” foram derrotadas, a manutenção do Sissegim foi justificada pela necessidade de combate ao PCB, que “perigosamente” se infiltrava no partido de oposição consentido.

Com a posse de Ernesto Geisel e a adoção, por ele, do plano de “distensão política”, o Sissegim sentiu-se ameaçado. O episódio bastante conhecido da demissão do comandante do II Exército, Ednardo Dávila Melo, em função dos assassinatos políticos de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho (sevicidados e mortos no DOI de São Paulo), em 17 de janeiro de 1976, marcou simbólica e praticamente o começo da longa desmontagem do Sissegim. Não seria fácil, pois a reação do setor foi enorme, inclusive através de atentados terro-

ristas que praticariam dali para a frente em todo o país (almejando pretextar uma retomada das atividades violentas pela esquerda). Seja como for, os próprios prisioneiros políticos reconhecem que, desde então, a tortura deixou de ser generalizada (Couto, 1999, p. 111). O Sissegim só seria extinto no final do governo Figueiredo — o que não significa dizer que seu *modus faciendi* tenha sido completamente eliminado das corporações que contaminou.

Um ramo pouco estudado da ação repressiva da ditadura militar mesclava espionagem e polícia política com “justiça” sumária: o “Sistema CGI”, sigla que designava a Comissão Geral de Investigações, órgão criado em 1968 para propor o confisco dos bens daqueles que houvessem enriquecido de maneira ilícita.²⁹ Era o velho mote do combate à corrupção, uma das mais lembradas justificativas do golpe de 1964, além do combate ao comunismo. O organismo estruturou-se em todo o território nacional (uma subcomissão em cada estado) e agia através de denúncias e investigações sumárias. Caso o investigado fosse considerado culpado, a CGI propunha ao ministro da Justiça um decreto de confisco de bens, o que era afinal decidido pelo presidente da República. Entre 1969 e 1973, apenas 42 processos resultaram em confisco.³⁰ Uma das dificuldades para a atuação da CGI era o envolvimento de militares e de aliados políticos em corrupção: evidentemente, esses processos eram arquivados. De modo que o discurso ético-moral de combate à corrupção — que animava sinceramente diversos integrantes da CGI — foi usado como simples ideologia pela ditadura. A CGI sempre foi um órgão decadente no âmbito da estrutura repressiva do regime e acabou funcionando como instrumento de intimidação de inimigos políticos, através da convocação para depor, por exemplo, o que lançava suspeita sobre as pessoas e as atemorizava.

Censura

Não se pode falar propriamente no “estabelecimento” da censura durante o regime militar porque ela nunca deixou de existir no Brasil. Livros, jornais, teatro, música e cinema sempre foram atividades visadas pelos mandantes do momento e, muitas vezes, tratadas como simples rotina policial, pois as prerrogativas de censura de diversões públicas sempre foram dadas aos go-

vernos de maneira explícita, legalizadamente. Ademais, instrumentos reguladores — como “leis de imprensa”, “classificações etárias” (para diversões públicas) e proibições de “atentados à moral e aos bons costumes” — frequentemente possibilitaram mecanismos censórios que contavam, além disso, com o benefício da legitimação que largas parcelas da sociedade lhes conferem, já que os consideram “naturais”. Assim, para a ditadura militar, tratava-se mais de uma adéquação, não de uma criação.

Castelo Branco, o primeiro general-presidente, era muito cioso de sua biografia. Desejava afirmar-se como “legalista” e “democrático”, até mesmo para contrastar com seu ministro da Guerra, o já mencionado líder da linha dura, que o sucederia. Afirmava ter ojeriza à propaganda política e à censura, tendo certa vez escrito uma carta a Costa e Silva pedindo providências contra oficiais que ameaçavam fechar teatros e apreender livros que atentavam contra a “liberdade de opinião”.³¹ Tal discurso, endossado pelos biógrafos que o beneficiaram (Viana Filho, 1975; Dulles, 1979), não foi confirmado, por exemplo, pela lei de imprensa que editou dias antes de transmitir o governo a seu sucessor.³² A lei anunciava regular a “liberdade de manifestação do pensamento e de informação”, mas permitia a censura quando se tratasse de propaganda de “processos de subversão da ordem política e social”. O segundo parágrafo do artigo inicial informava que televisão, música, cinema e teatro estavam sujeitos à censura “na forma da lei”. Livros e periódicos não poderiam ser “clandestinos” ou atentarem contra a “moral e os bons costumes”. De modo que tudo poderia ser censurado, bastando ao governo lançar mão desta ou daquela dubiedade da legislação. Isso não seria necessário, por diversos motivos, sendo os mais óbvios a truculência que se instalaria no país após o AI-5 e a colaboração espontânea das diversas instâncias envolvidas, como donos de jornais, jornalistas, produtores de cinema e de televisão. Todas estes agentes possuíam longa trajetória de relacionamento com os poderes constituídos, não apenas em função de interesses materiais, mas também, em vários casos, por genuína convicção política. Além disso, o Poder Executivo sempre pôde, no Brasil, manipular grandes verbas publicitárias, determinar sindicâncias contra um órgão de imprensa, negar-lhe financiamento através dos bancos estatais ou, durante a ditadura, apreender toda uma tiragem.³³ Nunca foi difícil censurar no Brasil.

De modo que não apenas a imprensa, notadamente os jornais, esteve enquadrada desde os primeiros momentos da ditadura. Também as atividades artísticas, culturais e recreativas foram reguladas desde sempre, como o teatro, o cinema, a TV, o circo, os bailes musicais, as apresentações de cantores em casas noturnas etc.

Certamente, porém, foi o AI-5 que permitiu uma atividade censória mais sistemática por parte da ditadura militar. O At-5 foi usado, imediatamente, para a censura da imprensa. Contudo, não havia um instrumento legal específico para a atividade. O Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, estabelecia a censura de publicações e de “exteriorizações” contrárias à moral e aos bons costumes, não abrangendo especificamente a censura política da imprensa. Esta passou a ser censurada com base no *decretum terribile* e nas definições propositadamente ambíguas das diversas versões das leis de segurança nacional. Não surpreende, portanto, que as comunidades de informações e de segurança reclamassem um dispositivo específico,³⁴ ecoando a tradicional ânsia brasileira por normas e regulamentações que, de maneira extravagante, não desapareceu nem mesmo nessa fase, quando aos militares quase tudo era permitido. A lacuna, porém, não foi impedimento para a censura dos jornais, embora algumas tentativas de questionamento na Justiça tenham sido feitas. Alguns jornais e revistas sofreram, inclusive, com a presença cotidiana de um censor *in loco*.

O tema é ainda pouco conhecido, sendo recentes as pesquisas históricas mais objetivas que, lentamente, vão eliminando os traços de memória que tendem a enaltecer a imprensa em geral como defensora ardorosa da democracia e vítima da censura (ver Kushnir, 2002a e Smith, 2000). Ainda é comum ver-se destacado o papel dos órgãos que sofreram com a censura ou a atuação de profissionais que procuraram negaceá-la. Esta é uma dimensão verdadeiramente importante, pois chama a atenção para o trabalho de órgãos e de jornalistas de oposição que combateram, criticaram ou ridicularizaram a ditadura, como *Movimento*, *Opinião*, *O Pasquim*, a *Folha da Tarde* de certa época ou *O Estado de S. Paulo*.³⁵ Porém, milhares de veículos, por todo o Brasil, assumiram posturas pragmáticas ou de apoio ostensivo ao regime, o que tem sido por vezes chamado, genericamente, de “autocensura”, expressão que não revela todos os matizes do problema. Afinal, “autocensura”

denota um comportamento de colaboracionismo, algo distinto dos procedimentos pragmáticos dos que pretendiam “evitar problemas” ou dos que seguiam as ordens da censura por receios diversos.

A prática da censura política dos jornais e revistas permanecia algo desconhecida até recentemente, pois só contávamos com os relatos dos jornalistas e dos donos de jornais. Somente nos anos 1990 os acervos documentais secretos da ditadura começaram a vir a público. Esta é, certamente, a razão de algumas incompreensões sobre o assunto. Uma delas é a percepção de que a atividade fosse conduzida de maneira desordenada ou confusa. Como os jornais recebiam “bilhetinhos” ou telefonemas sobre os temas que deveriam ser evitados, propagou-se a ideia de que a atividade censória se desse em conformidade com o censor do momento. Sabemos hoje, porém, que toda uma sistemática ordenava a pauta de “proibições determinadas”, baseada na vontade de censura de um assunto específico por parte dos órgãos do governo (notadamente os ministérios, a Presidência da República e as comunidades de segurança e informações). Desse modo, um ministro ou um comandante militar encaminhava ao ministro da Justiça um pedido para que tal assunto fosse censurado e, então, caso o ministro aquiescesse, a Polícia Federal expedia o documento adequado ao caso específico, isto é, uma informação escrita (bilhetinho) ou telefonema aos órgãos não submetidos à “censura prévia” ou ao censor responsável pelo órgão submetido a ela. Note-se, portanto, que havia dois tipos específicos de censura à imprensa: o primeiro era chamado de “censura prévia” e pressupunha o exame, pelos técnicos do Departamento de Polícia Federal, dos textos jornalísticos antes de sua proibição. Isso poderia ser feito na própria redação do periódico, na sede do DPF da cidade onde estava a redação ou em Brasília. No início de 1973, alguns poucos veículos estavam submetidos a este tipo de censura: *Tribuna da Imprensa*, *O Pasquim*, *A Notícia* (Manaus), *Opinião*, *Ele e Ela*, e *Pais e Filhos*, mas outros órgãos sofreram a sistemática durante todo o período da ditadura. O segundo tipo era a fiscalização sistemática e velada “no sentido de impedir a divulgação de notícias ou comentários contrários ao regime e às instituições”.³⁶ Os dois procedimentos baseavam-se numa classificação de temas censurados que a ditadura chamava de “proibições determinadas”. Entre agosto de 1971 e janeiro de 1973, foram determinadas oitenta proibições, a maioria delas

originada no Ministério da Justiça. O Centro de Informações do Exército, o próprio Ministério do Exército e a Presidência-da República foram órgãos que também demandaram muitas proibições. Essas eram as proibições que orientavam tanto os técnicos da censura prévia quanto aqueles que faziam o acompanhamento dos jornais e revistas após sua publicação. Tratava-se, portanto, de atividade bastante regulada e sistemática (Fico, 2001a, p. 168 e segs.). Porém, não é de todo incorreta a percepção dos jornalistas e donos de jornais que falam de “confusão”: integrantes da comunidade de segurança entenderam (e conseguiram) muitas vezes censurar temas sem a intermediação do Ministério da Justiça. Durante o governo de Ernesto Geisel, entretanto, a prática ficou bastante centralizada nas mãos de Armando Falcão, ministro que se comprazia em censurar. Ademais, além de todos os percalços ocasionados pela censura, como atrasos e perda de material, o Departamento de Polícia Federal cometia erros, mandando censurar episódios que, posteriormente, reconhecia serem inócuos (Fico, 2001a, p. 171).

A censura também era exercida através de recomendações que afetavam a técnica jornalística: em 1970 o ministro da Justiça proibiu que expressões como “fontes bem informadas” ou “fontes autorizadas” fossem utilizadas nas notícias. Do mesmo modo, não admitia manchetes escandalosas e recomendava que certas notícias de assaltos a bancos fossem resumidas e publicadas nas páginas internas. Crimes escabrosos e fotografias “obscenas ou deprimentes” preocupavam especialmente o ministro. Eventualmente, donos de jornais eram chamados a Brasília para ouvir admoestações.

Defesa da moral e dos bons costumes sempre foi o objetivo dos órgãos de censura das chamadas “diversões públicas”, isto é, teatro, cinema, espetáculos musicais e até mesmo circo. Outrora, governos locais apoiados pela polícia embargavam espetáculos. Nos anos 1940 passou a existir um Serviço de Censura de Diversões Públicas no âmbito do Departamento Federal de Segurança Pública, havendo carreiras públicas de técnicos especializados na função. Durante o regime militar a atividade prosseguiu e, nos anos 1970, a Divisão de Censura de Diversões Públicas, com sede em Brasília, contava com serviços de censura de diversões públicas (SCDP) espalhados pelo país.³⁷

Presidia a ação da censura de diversões públicas da ditadura uma mistura sombria de concepções arcaicas, preconceitos, pensamento autoritário e jar-

gão conceitual emanado das lucubrações da chamada doutrina de segurança nacional. A velha preocupação com a “obscenidade”, por exemplo, mesclava-se, agora, às necessidades específicas do regime militar. Alguns cineastas enfrentaram graves problemas financeiros em função da censura e produtoras quase foram à falência (Fico, 2001b). Mas existiram também aqueles que se adaptaram ao momento, produzindo, por exemplo, uma pletora de filmes de curta-metragem supostamente edificantes sobre as singularidades brasileiras, que passavam obrigatoriamente antes da exibição de filmes estrangeiros. Tais curtas eram oficialmente classificados como de “utilidade pública”.³⁸ Igualmente, não se deve perder de vista o papel desempenhado pelas agências oficiais de financiamento da arte e da cultura existentes durante a ditadura militar: verbas importantes provinham desses órgãos. Não será abusivo supor que relações viciadas devem ter-se estabelecido entre artistas, censura e financiamento público (consultar Sussekind, 1985). O tema merece pesquisa mais acurada, pois era grande o trânsito entre pequenos produtores de curtas, profissionais de agências de publicidade comercial e a propaganda política do período.

Note-se que a quase totalidade da atividade censória das diversões públicas era feita previamente, o que lhe conferia grande capacidade de coerção. No caso do teatro, por exemplo, algumas peças foram inviabilizadas no ensaio geral, às vésperas da estreia. *Brasileiro: profissão esperança*, por exemplo, escapou por pouco e, dias após sua primeira encenação, o diretor do Departamento de Polícia Federal lamentava: “não se compreende sua liberação anterior, pois a mesma visa à negação, pelo achincalhe, de valores que temos de preservar”. *Calabar* não teve a mesma sorte: a peça foi proibida, apesar de o texto ter sido liberado e a montagem, finalizada. Grande prejuízo financeiro abateu-se sobre seus produtores.

Também a televisão sofria com a censura prévia de alguns programas. O veículo era visto, pelos militares, como grande arma de propaganda, e programas de entretenimento ou de informações passavam por constante avaliação de parte dos agentes de censura que neles viam mensagens subliminares. Novelas, *shows* humorísticos, programas femininos, todos foram objeto de censura. A censura prévia, nesses casos, poderia implicar prejuízos realmente gigantescos, haja vista o alto custo de uma produção televisiva. Se a im-

prensa escrita sempre podia lançar mão de outros textos (que custavam apenas algumas horas a mais de reflexão e datilografia), no caso da TV a censura prévia poderia significar o bloqueio definitivo de um programa. Nem mesmo a Rede Globo, afinada com as diretrizes da ditadura militar, conseguiu ver suspensa a censura prévia de seus programas, como o *TV Mulher*, não obstante solicitação neste sentido que, no início dos anos 1980, seu diretor executivo dirigiu ao ministro da Justiça. A preocupação da censura, no caso, eram as análises sobre sexualidade que Marta Suplicy fazia, e que eram classificadas como “permissivas” pela censura.³⁹

Os livros também foram objeto de preocupação da censura, embora de maneira assistemática em função do grande volume de edições. Armando Falcão, ministro dos meios de comunicação com a censura, tentou estabelecer critérios e chegou a criar um grupo de trabalho para censurar livros, mas a iniciativa não deu certo. Errática, a censura de livros acabava por atingir os pornográficos, queimados nos incineradores da Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro, e os autores mais destacados e visados, como Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Fernando Henrique Cardoso, Chico Buarque e outros. Aliás, alguns nomes se transformavam em inimigos emblemáticos do regime militar: tanto quanto dom Helder Câmara era uma das preocupações obsessivas da comunidade de informações, as músicas de Chico Buarque (bem como suas peças) eram constantemente vigiadas pela censura. Bem se entende que ele tenha recorrido ao estratagema de assinar canções com um pseudônimo — o misterioso Julinho da Adelaide (Mota, 2000, p. 268-271).

PROPAGANDA

No dia 2 de novembro de 1969, um domingo, apenas três dias depois da posse do general Emílio Garrastazu Médici na Presidência da República, os coronéis Otávio Costa e Toledo Camargo definiram as diretrizes que norteariam a maior campanha de propaganda política jamais vista no Brasil. Otávio Costa foi convocado por Médici para chefiar a Aerp (Assessoria Especial de Relações Públicas), sigla que faria fama na TV, e convidou Toledo

Camargo para auxiliá-lo.⁴⁰ A tarefa era ingrata por diversos motivos. Otávio Costa não tinha intimidade com o presidente e não havia recebido nenhuma instrução sobre o que fazer. Antes da posse de Médici, já enfrentara problema assemelhado: tendo recebido a incumbência de redigir o discurso do general, não encontrara o que dizer, pois Médici assumia a Presidência em circunstâncias excepcionais, após o exótico interregno da Junta Militar que substituíra Costa e Silva, vitimado por doença grave e que logo faleceria. Sem contar com planos de governo a anunciar, Otávio Costa apelara para a poesia gaúcha (que conhecia bem), pois gaúcho era o novo presidente. Apesar de escapista, o discurso obtivera grande repercussão, pois soaram surpreendentes algumas frases líricas postas na boca de um general rústico que mal conseguia recitar o que lia: “neste momento sou oferta e aceitação”! O discurso de posse rendeu ao moderado Otávio Costa a fama de ingênuo entre a comunidade de informações, que passou a chamá-lo de presunçoso, vaidoso e “poetinha besta”.

Ademais, a Aerp, criada em janeiro de 1968, ainda durante o governo de Costa e Silva, vinha de uma experiência desastrosa. Hernani d’Aguiar, seu primeiro chefe, havia feito um curso de Relações Públicas na PUC do Rio de Janeiro, em 1966, e chefiou o escritório de Costa e Silva quando este se declarou candidato à sucessão de Castelo Branco. No cargo, notou que a imagem do futuro presidente era alvo de chacotas, inclusive em função do comportamento do próprio Costa e Silva, frequentador de corridas de cavalos e de recepções mundanas. Tendo em vista, inicialmente, a imagem do futuro presidente, Hernani d’Aguiar chefiou um grupo de trabalho que acabou por sugerir a criação da Aerp. Entre a posse de Costa e Silva e a efetiva criação da Aerp passaram-se quase dez meses. A Assessoria só surgiu graças ao apoio de Jayme Portella de Mello à ideia do coronel d’Aguiar, o mesmo Portella que criou as bases conceituais para a instalação do Sissegim. Porém, nunca chegou a ter o *status* de ministério, diferentemente do SNI, e foi criada de forma dissimulada, “envergonhadamente, no desvão de um decreto que tratava de uma reformulação do Gabinete Militar (...), pegou de susto os outros”, como reconheceria o próprio Otávio Costa. À frente da Aerp, Hernani d’Aguiar estimulou e patrocinou a produção de campanhas, de forte cunho oficial, que enalteciam o país de maneira ufanista. Mostravam o

“Brasil Grande” e um governo empreendedor. Em outubro de 1968, os participantes de um seminário promovido pela Aerp concluíram que a imagem do governo era ruim. Para melhorá-la, propuseram iniciativas que desviassem a atenção do público para fatos notáveis, através, por exemplo, de concursos de estudantes ou da promoção de eventos do tipo “Brasil Grande”: o milionésimo transportado pela CAN, o imigrante nº 500.000 e assim por diante. Uma espécie de lista de preocupações cívicas que buscava estabelecer uma cidadania decorativa, segundo a qual o cidadão apenas precisava ser lembrado dos motivos que tinha para enaltecer o governo. Pouco sutil, tal propaganda não convencia. Otávio Costa logo percebeu que deveria romper com a estratégia de d’Aguiar e encontrar outros caminhos.

Além de não receber instruções de Médici, de ser tido pela linha-dura como um tolo e ter de lutar contra a herança de Hernani d’Aguiar, Otávio Costa precisava resolver um outro problema: o fantasma do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) de Getúlio Vargas. De fato, os castelistas e os moderados em geral viam com muitas reservas a criação de qualquer organismo assemelhado. Quando Golbery do Couto e Silva levou a Castelo a proposta de criação do SNI, ainda em 1964, assessores mais afoitos pretenderam estabelecer um órgão de mão dupla, isto é, que cuidasse tanto da espionagem quanto da propaganda. Castelo Branco recusou a ideia, criando o SNI com o perfil, apenas, de órgão de informações. Segundo Otávio Costa, Castelo tinha “ojeriza visceral” à ideia de propaganda e afirmava que a verdade se impõe por si só. Essa não era a visão de outros militares, mesmo moderados, o que, aliás, é um exemplo que problematiza a estabelecida divisão entre “duros” e “moderados”: de fato, os principais chefes da Aerp, Otávio Costa e Toledo Camargo, eram moderados — talvez disséssemos melhor, inócuos —, embora chefiassem um órgão que foi recusado por Castelo, líder dos moderados, e que acabou sendo criado com o apoio de Jayme Portella, o estrategista da montagem do sistema repressivo.

De modo que Otávio Costa e Toledo Camargo tinham muitas dúvidas sobre qual deveria ser, afinal, o papel da Aerp no governo Médici. Aplicados, lançaram mão dos métodos de análise da Escola de Estado-Maior e, naquele fim de semana, chegaram a algumas definições básicas, que perdurariam até o governo de Ernesto Geisel. Em primeiro lugar, para tentar elidir

AERP
 qualquer semelhança com o DIP, adotaram o eufemismo “relações públicas”, já usado por d’Aguiar e corrente nas organizações militares. Com isso, evitavam referências à expressão “propaganda política”, que era, não obstante, o que acabariam por fazer. Em segundo, e mais importante, definiram um jargão que pretendia estabelecer os objetivos das atividades de “comunicação social” da ditadura: “motivar a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento”, “mobilizar a juventude”, “fortalecer o caráter nacional”, estimular o “amor à pátria”, a “coesão familiar”, a “dedicação ao trabalho”, a “confiança no governo” e a “vontade de participação”. Queriam “contribuir para a afirmação democrática” do país e também pretendiam “atenuar as divergências que sofre a imagem do país no exterior”.

Como se vê, tratava-se de uma estratégia retórica que buscava afirmar exatamente o contrário do que se vivia. Na verdade, Otávio Costa negava, em entrevistas aos jornais da época, que estivesse fazendo divulgação do governo ou propaganda política: estava, apenas, estimulando “a vontade coletiva para o fortalecimento do caráter nacional”. Afirmava, ainda, que a arte de comunicar residia na pura e simples propagação da verdade e que a Aerp se amparava em princípios de “legitimidade”, “respeito aos direitos humanos”, “impessoalidade” e “liberdade de expressão”. Portanto, também na propaganda política, o regime agia envergonhadamente, desejando não ser reconhecido como uma ditadura, negando que houvesse propaganda política, como negava que houvesse tortura ou censura. Traço marcante da ditadura militar brasileira, que também se expressava na estratégia do rodízio dos generais-presidentes (com o qual pretendia afastar-se da imagem dos caudilhos ditatoriais latino-americanos) e no furor legiferante, que tentava legalizar atos espúrios e chegou a criar os inexcedíveis “decretos-secretos”.

A propaganda da Aerp — como se divisa nos princípios acima mencionados — amparou-se numa certa leitura sobre o Brasil, especialmente fundada na interpretação de Gilberto Freyre. Otávio Costa era um militar intelectualizado, conhecedor da literatura dos “explicadores do Brasil” dos anos 1930-50, e supunha que certos padrões de comportamentos, de crenças, de instituições e outros valores espirituais e materiais conformariam a sociedade brasileira. Ademais, estava plenamente imbuído da visão de que os militares poderiam exercer o papel de “poder moderador” no país, haja

vista uma suposta superioridade sobre os civis no que se refere ao conhecimento da realidade brasileira e ao patriotismo. Segundo tal visão militar, era preciso “ensinar o Brasil” ao povo brasileiro e protegê-lo dos políticos civis, quase sempre vistos como demagogos, corruptos e venais. Um amplo projeto pedagógico fundado numa utopia autoritária: a da eliminação de quaisquer dissensões. Para Otávio Costa, uma série de características definiam o caráter nacional e, além da tradicional tópica da cordialidade, do otimismo, da hospitalidade, da grandeza do território, das riquezas naturais etc., ele chamava a atenção para o grande senso de ridículo dos brasileiros, o que inviabilizaria uma propaganda política típica, que enaltecesse a autoridade ou ostentasse os sinais típicos do poder. Daí a opção por uma propaganda diferenciada, que falava em solidariedade, amor e participação em plena ditadura militar. Não fariam uma propaganda do tipo “chapa branca”, como a de d’Aguiar e, com isso, também se afastariam das propagandas típicas dos regimes totalitários já amplamente conhecidas e criticadas.

Vivia-se uma fase de grande desenvolvimento dos meios de comunicação no país, especialmente a televisão, que logo poderia transmitir em cadeia nacional e em cores. Otávio Costa optou por produzir “filmetes” — como ele dizia — curtos, com narração breve, com imagens elaboradas e um “gancho” musical que prendesse o telespectador. Ao final, um *slogan* que, muitas vezes, era reproduzido em campanhas de apoio através de cartazes e outros suportes. A Aerp, porém, não lidava com a produção dos comerciais. Otávio Costa criou uma sistemática que também seria observada pelo seu sucessor, Toledo Camargo, já no governo de Ernesto Geisel. O tema era apresentado a um grupo de empresas cadastradas em três reuniões concomitantes, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Brasília, e todas as produtoras, posteriormente, deveriam apresentar uma proposta. Apenas uma era escolhida. Com isso a Aerp beneficiava-se das técnicas mais modernas disponíveis no mercado publicitário e, logo, um padrão se estabeleceu: empresários encomendavam filmes “como os da Aerp”.

Esses filmes dividiam-se em dois grupos principais: os de natureza educativa e os de caráter ético-moral. Vários, de ambos os tipos, se tornaram famosos. “Sugismundo” era o personagem de desenho animado que ensinava a não sujar as ruas; “Não faça de seu carro uma arma, a vítima pode ser

você” era o *slogan* de uma campanha que também ficou famosa pelas imagens fortes que veiculava; o “Dr. Prevenildo” ditava normas de saúde pública. As campanhas de caráter ético-moral tratavam dos mais diversos temas: a dimensão cultural do carnaval e do futebol; o papel simbólico de heróis nacionais, como Tiradentes; o papel dos jovens na sociedade; as relações entre pais e filhos; o respeito devido aos idosos; a importância do trabalho; a solidariedade; a harmonia; o desapego; o amor. Havia também campanhas periódicas, como as que comemoravam a Semana da Independência ou a que marcava o aniversário da “revolução” de 1964. Muitas dessas campanhas eram subtemas de campanhas globais, marcadas por *slogans* muito repetidos, sempre ao final dos comerciais. Os principais foram: “Ninguém segura o Brasil” (resultante da conquista, pela Seleção do Brasil, da Copa do Mundo de futebol em 1970), “Este é um país que vai pra frente” e “O Brasil é feito por nós”. Muitas músicas especialmente feitas se tornaram marcantes. A propaganda política do regime militar era bastante ridicularizada pelos intelectuais e jornalistas de esquerda, mas teve grande repercussão entre a população em geral, que nem sempre a via como o que efetivamente era.

Os analistas que se debruçaram sobre o tema tiveram a impressão de que o regime militar delineou, de maneira integrada, um sistema de propaganda política que amparava ideologicamente a repressão e buscava encobri-la. Isso de fato se deu, mas hoje podemos saber que setores militares diversos tinham ideias diferentes sobre o perfil da “comunicação social” da ditadura. Assim, a pretensão de Otávio Costa e de Toledo Camargo era “educar o povo”; para setores do Exército, havia que “demonstrar força”. Inserem-se nesse contexto de disputa os episódios das “autocríticas de ex-terroristas”, o do *slogan* “Brasil: ame-o ou deixe-o” e as comemorações do Sesquicentenário da Independência. O primeiro foi uma estratégia de desmoralização montada pelo Exército, que levava à televisão adeptos da chamada “luta armada” para fazerem discursos de arrependimento e que a Aerp desaprovava. O infeliz *slogan* “Brasil: ame-o ou deixe-o” foi lançado pela Oban (que se inspirou num similar norte-americano) e acabou sendo identificado como de autoria da Aerp, o que exasperava Otávio Costa. As comemorações dos 150 anos da Independência do Brasil foram conduzidas pelo Exército, contra a vontade de Otávio Costa, que desejava centrar os

festejos na figura de Tiradentes e execrou a peregrinação dos restos mortais de D. Pedro I pelo Brasil, vindos de Portugal, sendo afinal sepultados na Capela do Monumento do Ipiranga.

Por outro lado, o sucesso da Aerp escapava ao comando de seus criadores. A publicidade comercial incorporava traços marcantes da propaganda política e jornalistas como Amaral Netto faziam programas na TV enaltecendo as peculiaridades nacionais. Evidentemente, não havia uma orquestração geral entre essas manifestações, mas era essa a impressão que ficava: a de uma “guerra psicológica”, uma tentativa de “lavagem cerebral”, conceitos que Otávio Costa e Toledo Camargo sempre tiveram de rejeitar em suas entrevistas à imprensa.

CONCLUSÃO

O propósito deste ensaio foi o de mostrar as especificidades dos sistemas que compunham o aparato repressivo da ditadura militar. Tais sistemas não foram “inventados” pelo regime, que, em alguns casos, se amparou em experiências preexistentes, os da espionagem e da censura. Porém, é certo que os reinventou, criando estruturas que seriam copiadas até mesmo fora do Brasil, como se deu com o sistema de segurança (Fico, 1997).

Muitas vezes esse aparato complexo tem sido chamado, globalmente, de “os porões da ditadura”, como se compusesse um todo harmônico e integrado. Não foi assim. Seus variados e numerosos integrantes tinham funções muito especializadas, e aqueles setores que praticavam a tortura e o assassinato político estavam bastante cingidos aos DOIs e aos Dops. Cada um dos sistemas (Sissegin, Sisni, censura, CGI e propaganda política) obedecia a parâmetros próprios e tinha sua esfera de ação particular. No caso da propaganda política, ela existiu em contraposição aos setores mais radicais, apesar de terminar por lhes ser útil. Ademais, conflitos estabeleciam-se entre órgãos de instâncias diferentes, como entre o SNI e o CIE. Portanto, para uma leitura mais refinada da história do período, essas distinções são necessárias, mas é claro que não se está sugerindo uma completa autonomização dessas esferas.

Certas diferenças, porém, são notáveis: o SNI atingiu o seu auge, em termos de orçamento, pessoal, equipamentos etc., no mesmo momento em que o Sistema de Segurança Interna entrava em decadência. Este fenômeno seria incompreensível se não nos déssemos conta das diferenças aludidas. De fato, durante o governo Figueiredo, o SNI transformou-se numa espécie de quarta força armada, tamanho era seu poderio. Ora, nesta fase, já depois do governo de Ernesto Geisel, o Sistema Codi-DOI estava fragilizado, já que ele era o principal obstáculo ao projeto de abertura política. Geisel e Figueiredo precisavam eliminar os “bolsões sinceros, mas radicais” para implantar a distensão política, mas não poderiam prescindir de um órgão de informações.

Infelizmente, a trajetória analítica aqui proposta, qual seja, a da leitura da ditadura militar como o caminho de crescimento, auge e decadência da linha-dura, chama igualmente a atenção para o fato de que tal processo não está plenamente encerrado. A anistia de 1979 foi recíproca, isto é, também os torturadores foram anistiados. A eleição do primeiro civil a suceder os militares foi indireta. Essa saída negociada da ditadura geraria, evidentemente, consequências que, até hoje, ainda estamos enfrentando. Não obstante a passagem do poder aos civis, em 1985, boa parte do sistema repressivo continuou agindo, como o SNI, que só seria extinto no governo de Fernando Collor de Melo. A agência que o sucedeu, a Abin, é ainda mal estruturada, não havendo mecanismos sociais de controle efetivo, através do Congresso Nacional, de suas atividades, e, de tempos em tempos, temos notícias de atividades escusas de espionagem no país. O Sissegim foi formalmente extinto no final do governo Figueiredo, mas a imagem dos militares ficou definitivamente marcada pelo envolvimento com as atividades brutais praticadas nos DOIs e Dops. O Ministério da Defesa, depois de muitos percalços, ainda não contou com um ministro verdadeiramente proeminente. Essa, portanto, é uma história que, de algum modo, ainda não acabou.

NOTAS

1. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31 de março de 1964, p. 1 e 1º de abril de 1964, p. 1.
2. Para memória sobre tortura, ver Freitas (1981); Tavares (1999); Coelho (2000); e para memória da chamada “guerrilha” ver Sirkis (1986); Gabeira (1979).
3. A primeira edição, de 1970, teve sua circulação impedida.
4. Muito ao contrário, Castelo pôs em recesso o Congresso Nacional em outubro de 1966, e decretou a Lei de Segurança Nacional, em março de 1967, entre outros exemplos a que se poderia aduzir.
5. Gaspari (2002a e 2002b).
6. Prefácio de Jacob Gorender a Fico (2001a, p. 13).
7. É o caso do acervo da extinta Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), custodiado pela Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal.
8. Depoimento do general Gustavo Moraes Rego Reis publicado em D’Araujo, Soares e Castro (1994b, p. 151).
9. Decreto-Lei nº 348, de 4 de janeiro de 1968. Dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências.
10. Artigo 2º do Decreto nº 66.622, de 22 maio de 1970.
11. Decreto nº 66.732, de 16 junho de 1970.
12. Depoimento do general Carlos Alberto Fontoura publicado em D’Araujo, Soares e Castro (1994b, p. 90).
13. *Manual de informações*. Documento datilografado pertencente ao acervo do CPDOC/FGV. fl. 1 a 4.
14. *Informação para o senhor ministro de Estado [das Relações Exteriores]*, de 14 de fevereiro de 1986, fl. 2. Divisão de Segurança e Informações (DSI) [do Ministério das Relações Exteriores]. Documento classificado como “segredo”. Acervo do autor.
15. Como já registrei em outras ocasiões, a ditadura era rica em eufemismos. Assim, “operação de segurança” significava prisão, tortura e interrogatório; “operação de informações”, espionagem. A propaganda política era dissimulada pela expressão “relações públicas”. Ver Fico (1997, p. 92).
16. Depoimento do general Carlos Alberto Fontoura publicado em D’Araujo, Soares e Castro (1994b, p. 91). Depoimento do general Ivan de Souza Mendes publicado em *idem* (1994b, p. 160).
17. Depoimento do general Enio dos Santos Pinheiro publicado em *idem* (1995, p. 133).
18. Em 1980 existiam oito agências regionais.
19. Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 12.
20. Oliveira, Eliézer Rizzo (1976, p. 96).
21. Depoimento do general Octávio Costa publicado em D’Araujo, Soares e Castro (1994b, p. 272).

22. Ato do Comando Supremo da Revolução nº 9, de 14 de abril de 1964.
23. Ver Decreto-Lei nº 459, de 10 de fevereiro de 1969, e Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969.
24. Informações do governo brasileiro para esclarecer supostas violações de direitos humanos relatadas em comunicações transmitidas pela "Comissão Interamericana de Direitos Humanos", da Organização dos Estados Americanos. Arquivo Nacional, Fundo "DSI", Série "Movimentos Contestatórios à Ordem Política e Social — Avulsos", caixa 3582, fl. 128.
25. Ver artigo 8º do Decreto-Lei nº 348, de 4 de janeiro de 1968.
26. Ofício do secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional aos governadores estaduais. Documento classificado como "secreto". 10 de novembro de 1970. Gentilmente cedido ao autor por Elio Gaspari.
27. *Sistema de Segurança Interna. Sissegin*. Documento classificado como "secreto". [1974?]. Capítulo 2, fl. 6. Documento datilografado pertencente ao acervo do CPDOC/FGV.
28. Expressão Militar do I Exército. Documento pertencente ao acervo do CPDOC.
29. Decreto-Lei nº 359, de 17 de dezembro de 1968.
30. Relação das Propostas de Confisco [que resultaram em decreto de confisco], Anexo 1 ao Relatório Sintético feito pelo general Obino Lacerda Alvares, 25 de março de 1974. Arquivo Nacional. Fundo "DSI", Série "Diversos-Avulsos", caixa 45-4120.
31. Carta de 2 junho de 1965 citada em Viana Filho, Luís, 1975, p. 513.
32. Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.
33. Smith (2000, p. 82).
34. A ampliação do rigor da lei de censura de diversões públicas era a principal reclamação dos chefes da DCDP. Ver diversos documentos da série "Manifestações da sociedade civil" do Fundo "DCDP" da Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal.
35. Ver Aquino (1999).
36. Processo nº 50756, 16 janeiro de 1973. Fundo "DSI", Série "Movimentos contestatórios à ordem política e social — Processos", caixa 592-05132, fl. 2.
37. Decreto nº 70.665, de 2 de junho de 1972.
38. Decreto-Lei nº 483, de 3 de março de 1969.
39. Ofício nº 1.343/81, 2 de junho de 1981. Arquivo Nacional, Fundo "DSI", Série "Movimentos contestatórios à ordem política e social — Avulsos", caixa 4113-38.
40. Os dados deste tópico foram extraídos principalmente de Fico (1997).

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, Hugo. 1979. *O outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Alves, Maria Helena Moreira. 1984. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes.
- Alves, Marcio Moreira. 1964. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro, [s.n.].
- Aquino, Maria Aparecida de. 1999. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*. Bauru: Edusc.
- Araújo, Marcelo Paixão de. 9 dez. 1998. "Torturei uns trinta". Entrevista de Marcelo Paixão de Araújo. *Veja*, São Paulo, ano 31, n. 49.
- Assis, Denise. 2001. *Propaganda e cinema a serviço do golpe: 1962/1964*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj.
- Branco, Carlos Castello. 1977. *Os militares no poder: Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- . 1978. *Os militares no poder: o ato 5*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- . 1979. *Os militares no poder: o baile das solteironas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Camargo, José Maria de Toledo. 1995. *A espada virgem: os passos de um soldado*. São Paulo: Ícone.
- Chagas, Carlos. 1979. *113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente*. 2ª ed. Porto Alegre: L&PM [a primeira edição, de 1970, teve sua circulação impedida].
- Coelho, Marco Antônio Tavares. 2000. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record.
- Cony, Carlos Heitor. 1964. *O ato e o fato: crônicas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Couto, Ronaldo Costa. 1998. *História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record.
- Couto, Ronaldo Costa. 1999. *Memória viva do regime militar*. Rio de Janeiro: Record.
- D'Araújo, Maria Celina; Soares, Gláucio Ary Dillon; Castro, Celso (int. org.). 1994a. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- (int. org.). 1994b. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- (int. org.). 1995. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a Abertura*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- D'Araújo, Maria Celina; Castro, Celso (orgs.). 1997. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Dreifuss, René A. 1981. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes.
- Dulles, John W. F. 1979. *Castelo Branco: o caminho para a presidência*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Fico, Carlos. 1997. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

- . 2001a. *Como eles agiam — os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record.
- . 2001b. “Eles não usam *black-tie*: várias histórias, muitos protagonistas”. In Soares, Mariza de Carvalho; Ferreira, Jorge. *A história vai ao cinema: vinte filmes brasileiros comentados por historiadores*. Rio de Janeiro: Record.
- Fon, Antônio Carlos. 1985. *Tortura: a história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global.
- Freitas, Alípio de. 1981. *Resistir é preciso: memória do tempo da morte civil do Brasil*. Rio de Janeiro: Record.
- Gabeira, Fernando. 1979. *O que é isso, companheiro?*. Rio de Janeiro: Codecri.
- Gaspari, Elio. 2000. “Alice e o camaleão”. In Gaspari, Elio; Ventura, Zuenir; Hollanda, Heloisa Buarque de. *Cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- . 2002a. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras (Coleção As Ilusões Armadas).
- . 2002b. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras (Coleção As Ilusões Armadas).
- Gorender, Jacob. 1987. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática.
- Huggins, Martha K. 1998. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez.
- Krieger, Daniel. 1976. *Desde as Missões... saudades, lutas, esperanças*. Rio de Janeiro, José Olympio (Documentos brasileiros, 175).
- Kushnir, Beatriz. 2002a. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. Tese de doutorado — Programa de Pós-graduação em História, Unicamp.
- . 2002b. “Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do DOPS — RJ e SP)”. In Carneiro, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/Fapesp.
- Lobo, Amílcar. 1989. *A hora do lobo, a hora do carneiro*. Petrópolis: Vozes.
- Magalhães, Marionilde Dias Brehphol de. 1997. “A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil”. *Revista Brasileira de História*, vol. 17, nº 34.
- Mello, Jayme Portella. 1979. *A Revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira.
- Motta, Nelson. 2000. *Noites tropicais: solos, improvisos e memórias musicais*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Oliveira, Eliézer Rizzo. 1976. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes.
- Passarinho, Jarbas. 1996. *Um híbrido fértil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
- Rollemborg, Denise. 2001. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Serbin, Kenneth. 2001. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Skidmore, Thomas. 1991. *Brasil: de Castelo a Tancredo. 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Silva, Golbery do Couto e. 1981. *Planejamento estratégico*. Brasília: UnB.
- Sirkis, Alfredo. 1986. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Círculo do Livro.
- Smith, Anne-Marie. 2000. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Tradução Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Stepan, Alfred C. 1975. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova.
- . 1986. *Os militares: da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Sussekind, Flora. 1985. *Literatura e vida literária: polêmicas, diários & retratos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Tavares, Flávio. 1999. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo.
- Ustra, Carlos Alberto Brilhante. 1987. *Rompendo o silêncio: Oban, DOI/Codi. 29 set. 70-23 jan. 74*. Brasília: Editerra.
- Viana Filho, Luís. 1975. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio.